

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE NOVA FRIBURGO
CENF

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2005
OBJETO DE PUBLICAÇÃO

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

A Administração da Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo – CENF tem a satisfação de apresentar os resultados de 2005, acompanhados das demonstrações financeiras correspondentes.

1. Considerações gerais e mercado de energia

Em 2005, a CENF continuou a investir na melhoria de seus indicadores operacionais e humanos, com vistas à qualidade de sua prestação de serviços e a conseqüente satisfação dos seus 82.971 clientes. Com investimentos de R\$5,0 milhões, aplicados prioritariamente na área de distribuição de energia elétrica, a CENF procedeu a várias reformas em seus circuitos elétricos e executou obras de distribuição que compreenderam basicamente a construção de 45 Km de redes urbanas e rurais, a implantação de 661 postes e 138 transformadores no município de Nova Friburgo, sua área de concessão.

Os indicadores de qualidade e continuidade dos serviços DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Cliente) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Cliente) atingiram 18,77 horas e 14,96 vezes, respectivamente, bem abaixo dos limites estipulados pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), de 20,00 horas e 25,00 vezes.

Mercado de Energia: em decorrência da saída de um consumidor industrial para o mercado livre, as vendas de energia no mercado próprio da CENF, em 2005, ficaram 0,5% abaixo do resultado obtido em 2004. Entretanto, se considerada a demanda total de energia elétrica na área de concessão da CENF, incluindo-se a energia transportada (4.571 MWh) para o consumidor livre, verifica-se um crescimento de 1,1%. Importante lembrar que a CENF passou a faturar desse consumidor livre os encargos de uso do sistema de distribuição, minimizando assim os impactos financeiros resultantes dessa perda.

As vendas totais da empresa foram de 281.959 MWh, das quais 278.936 MWh no seu mercado próprio (consumidores finais). Dentre os principais segmentos de mercado, destacou-se o consumo da classe residencial, que registrou crescimento 1,7%, enquanto a classe comercial evoluiu em 0,9%. A geração própria de energia elétrica foi de 56.582 MWh, contra 58.254 MWh, em 2004.

2. Inadimplência e Redução de Perdas

A CENF mantém um foco permanente na redução da inadimplência dos consumidores e nas perdas técnicas e comerciais de energia elétrica. Ao final do exercício, o índice de inadimplência dos consumidores da CENF situou-se em 2,48% (2,10% em 2004) e as perdas em 8,41% (8,54% em 2004). No combate às perdas, destacam-se as inspeções em unidades consumidoras e a regularização de ligações clandestinas.

3. Programa “Luz para Todos”

A CENF deu continuidade ao processo de universalização dos serviços de energia elétrica na sua área de concessão, com o Programa Luz para Todos, conforme Termo de

Compromisso assinado entre a CENF, o Governo Federal e o Governo do Estado do Rio de Janeiro.

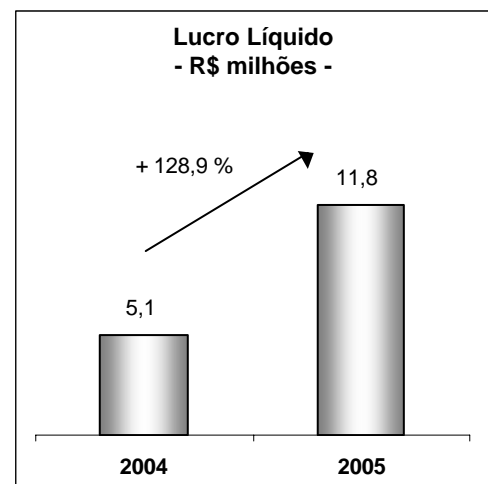
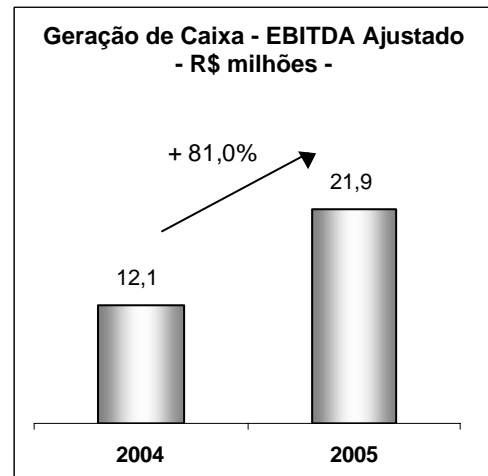
Em 2005, concretizou-se a ligação de 340 novos domicílios na área de concessão da CENF, com investimentos de R\$2.294 mil da empresa. Até o encerramento do programa em dezembro de 2005, previa-se a ligação de 404 novos domicílios na área rural da CENF. Entretanto, apesar dos esforços empreendidos pela empresa para localizar tal número de clientes - inclusive com a utilização de ampla campanha pela mídia - a meta não foi realizada, devendo o programa se estender até meados de 2006. Também vale ressaltar que, atualmente, o índice de universalização na área atendida pela CENF é de 99,9% na área rural e 100% nas áreas urbanas, um dos mais altos do Estado e do país.

4. Resultados econômico-financeiros e remuneração aos acionistas

A receita operacional bruta da CENF totalizou R\$114.920 mil, representando um aumento de 23,0% em relação a 2004. As despesas operacionais, por sua vez, evoluíram 9,7%, atingindo R\$60.325 mil. Conseqüentemente, o resultado dos serviços de energia elétrica cresceu de R\$7.775 mil, em 2004, para R\$15.895 mil, em 2005. A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA ajustado, foi de R\$21.910 mil e o lucro líquido atingiu R\$11.765 mil, significando um aumento de 128,9% em relação ao de 2004.

Ao final do ano, o patrimônio líquido da CENF totalizou R\$39.685 mil, o que representa R\$0,41 por ação do seu capital social.

Mantendo a política de remuneração aos seus acionistas, a administração da CENF proporá à Assembléia Geral, a realizar-se brevemente, a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, no montante de R\$11.397 mil, à razão de R\$0,117863984 por ação ordinária ou preferencial, já tendo sido distribuídos antecipadamente, em 21 de dezembro de 2005, R\$4.931 mil (R\$3.539 mil sob a forma de juros sobre o capital próprio e R\$1.392 mil sob a forma de dividendos). O total previsto para distribuição equivale a 97% do lucro líquido da empresa, sendo 112% superior ao distribuído em 2004. A data de início do pagamento dos dividendos complementares, no montante de R\$6.466 mil (R\$0,066868884 por ação), será definida na referida Assembléia.



5. As ações de cidadania da CENF

Em 2005, a CENF, através da Usina Cultural Nova Friburgo, deu prosseguimento às suas atividades culturais, com realizações de espetáculos musicais e teatrais na Sala Maestro Joaquim Naegele. Também tiveram destaque cursos, palestras e workshops diversos, oferecidos gratuitamente à comunidade friburguense.

A seguir, indicadores financeiros relativos ao desempenho econômico-social da CENF:

Balanco Social

	2005	2004
1. Indicadores econômico-financeiros (R\$ mil)		
1.1 - Receita Operacional Líquida	76.220	62.746
1.2 - Resultado Operacional	12.970	8.106
1.3 - Folha de Pagamento Bruta	3.672	2.979
2. Indicadores Laborais (R\$ mil)		
2.1 - Alimentação	343	311
2.2 - Encargos Sociais	901	654
2.3 - Previdência Privada	29	15
2.4 - Saúde	133	103
2.5 - Educação	26	33
2.6 - Participação nos Resultados	814	-
2.7 - Outros Benefícios	100	66
Total - Indicadores Laborais (2.1 a 2.7)	2.346	1.182
3. Indicadores e Investimentos Sociais (R\$ mil)		
3.1 - Impostos (excluídos encargos sociais)	42.785	33.483
3.2 - Contribuição p/a Sociedade/Investimentos na Cidadania	328	142
3.3 - Programa Luz no Campo	2.294	-
3.4 - Programa de eficiência energética, pesquisa e desenvolvimento	379	223
Total – Indicadores e Investimentos Sociais (3.1 a 3.4)	45.786	33.848
4. Indicadores do Corpo Funcional		
4.1 - Nº de empregados ao final do período	101	84
4.2 - Nº de admissões durante o período	22	9

Demonstração do valor adicionado – DVA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004
(em milhares de reais)

	2005	2004
1- GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de vendas de energia e serviços	114.920	93.393
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(287)	94
Resultado não operacional	482	465
Menos Insumos:		
Custo da energia comprada para revenda	18.175	24.672
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	17.001	9.636
Serviços de terceiros	8.783	7.699
Material	671	568
Conta de Consumo de Combustível - CCC	2.551	2.400
Conta de Desenvolvimento Energético	2.540	1.840
Outros custos operacionais	2.700	1.644
	<u>52.421</u>	<u>48.459</u>
2- VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>62.694</u>	<u>45.493</u>
Quotas de reintegrações	3.053	2.654
3- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>59.641</u>	<u>42.839</u>
4- VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO		
Receitas financeiras	5.715	4.303
5- VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>65.356</u>	<u>47.142</u>
6- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remunerações	3.915	3.383
Entidade de previdência privada	11	15
Participação nos lucros	1.057	584
Governo		
INSS	536	423
ICMS	27.582	22.687
Imposto de renda, contribuição social, PIS e Cofins	14.572	10.369
RGR – Quota para reserva global de reversão	715	748
Outros	591	427
Financiadores		
Juros	4.373	3.237
Aluguéis	102	130
Distribuição do lucro		
Dividendos / Juros sobre capital próprio	11.397	5.366
Reservas de lucros	(505)	(227)
Lucros retidos		-
	<u>65.356</u>	<u>47.142</u>

Demonstração do Fluxo de Caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004
(em milhares de reais)

	2005	2004
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de clientes	112.153	95.127
(+) Outros recebimentos	1.471	913
(-) Fornecedores	40.605	44.161
(-) Salários e encargos sociais	5.604	4.026
(-) Impostos e contribuições	49.564	39.927
(-) Outras despesas	2.045	1.255
(=) Variação de caixa das atividades operacionais	15.806	6.671
Atividades de investimentos		
(-) Dividendos pagos	3.254	2
(-) Aquisição de imobilizado	3.517	1.997
(=) Variação de caixa das atividades de investimentos	(6.771)	(1.999)
Atividades de empréstimos e financiamentos		
(+) Empréstimos e financiamentos obtidos	20.095	6.525
(-) Serviço da dívida	17.969	11.387
(=) Variação de caixa das atividades de empréstimos e financiamentos	2.126	(4.862)
Aumento (diminuição) do saldo líquido de caixa	11.161	(190)
Saldo de caixa no início do exercício	816	1.006
Saldo de Caixa no final do exercício	11.977	816

A Administração.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial – Ativo

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de reais)

Ativo	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Circulante		
Disponibilidades	11.977	816
Consumidores e concessionárias	17.410	13.594
Títulos de créditos a receber	826	524
Recomposição tarifária extraordinária	4.710	3.675
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(826)	(820)
Estoques	96	159
Impostos a recuperar	4.829	4.889
Despesas pagas antecipadamente	-	1.049
Outros créditos	1.049	452
	<u>40.071</u>	<u>24.344</u>
Realizável a longo prazo		
Consumidores e concessionárias	638	896
Recomposição tarifária extraordinária	5.464	8.172
Créditos tributários	1.618	1.682
Créditos com partes relacionadas	23.582	12.204
Depósitos judiciais	605	1.561
Impostos a recuperar	767	464
Programa emergencial de racionamento	7	254
Despesas pagas antecipadamente	1.892	1.564
Outros	4.538	3.796
	<u>39.111</u>	<u>30.587</u>
Permanente		
Investimentos	138	126
Imobilizado	36.021	34.970
Diferido	785	754
	<u>36.944</u>	<u>35.850</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>116.126</u>	<u>90.781</u>

2. Balanço Patrimonial – Passivo

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de reais)

Passivo	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Circulante		
Fornecedores	6.758	7.289
Empréstimos e financiamentos	15.547	8.603
Folha de pagamento	959	740
Tributos e contribuições sociais	3.872	5.443
Parcelamento de impostos	961	1.126
Juros sobre o capital próprio/dividendos	6.893	6.632
Encargos do consumidor a recolher	280	587
Obrigações estimadas	368	265
Outras contas a pagar	1.917	961
	<u>37.555</u>	<u>31.646</u>
Exigível a longo prazo		
Fornecedores	593	2.046
Empréstimos e financiamentos	29.029	5.193
Tributos e contribuições sociais	753	2.332
Parcelamento de impostos	5.854	6.175
Provisões para contingências	2.589	3.794
Outras contas a pagar	68	-
	<u>38.886</u>	<u>19.540</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	21.000	21.000
Reservas de capital	183	183
Reservas de lucros	18.502	18.412
	<u>39.685</u>	<u>39.595</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>116.126</u>	<u>90.781</u>

3. Demonstrações do Resultado

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004
 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Receita operacional		
Fornecimento de energia elétrica	111.046	90.072
Suprimento de energia elétrica	220	1.041
Disponibilização do sist. De transm. E de distribuição	1.489	713
Outras Receitas Operacionais	<u>2.165</u>	<u>1.567</u>
	<u>114.920</u>	<u>93.393</u>
Deduções da receita operacional		
ICMS	27.582	22.687
PIS	1.856	1.269
COFINS	8.547	5.943
Quotas para RGR	<u>715</u>	<u>748</u>
	<u>38.700</u>	<u>30.647</u>
Receita operacional líquida	<u>76.220</u>	<u>62.746</u>
Custo do serviço de energia elétrica		
Custo com energia elétrica	35.176	34.308
Energia elétrica comprada para revenda	18.175	24.672
Encargos de uso do sist. de transm. e distribuição	17.001	9.636
Custo de operação	14.439	10.745
Pessoal e administradores	1.308	806
Material	664	460
Serviços de terceiros	3.176	1.265
Conta de consumo de combustível - CCC	2.551	2.400
Conta de desenvolvimento energético - CDE	2.540	1.840
Depreciação e amortização	2.731	2.607
Provisão para contingências	-	504
Outras	1.469	863
Custo do serviço prestado a terceiros	124	194
	<u>49.739</u>	<u>45.247</u>
Lucro operacional bruto	<u>26.481</u>	<u>17.499</u>
Despesas operacionais		
Despesas com vendas	2.512	1.146
Despesas gerais e administrativas	<u>8.074</u>	<u>8.578</u>
	<u>10.586</u>	<u>9.724</u>
Resultado do serviço	<u>15.895</u>	<u>7.775</u>
Receitas (despesas) financeiras		
Receita de aplicações financeiras	806	565
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	2.035	1.302
Encargos de dívidas	(5.170)	(3.926)
(-) Transferência para obras em curso	69	261
Juros sobre o capital próprio	(3.539)	-
Outras receitas	<u>2.874</u>	<u>2.129</u>
	<u>(2.925)</u>	<u>331</u>
Resultado operacional	<u>12.970</u>	<u>8.106</u>
Resultado não operacional		
Receita não operacional	782	587
Despesa não operacional	<u>300</u>	<u>122</u>
	<u>482</u>	<u>465</u>
Lucro antes da contribuição social, imposto de renda, participações e juros sobre o capital próprio	13.452	8.571
Contribuição social	(1.131)	(766)
Imposto de renda	<u>(3.038)</u>	<u>(2.082)</u>
Lucro antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	9.283	5.723
Participações de empregados e administradores	(1.057)	(584)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	<u>3.539</u>	<u>-</u>
Lucro líquido do exercício	<u>11.765</u>	<u>5.139</u>
Lucro líquido por ação - R\$	<u><u>0,12</u></u>	<u><u>0,05</u></u>

4. Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

**Demonstrações das origens e aplicações de recursos
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004**
(Em milhares de reais)

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Origens de recursos		
Das operações		
Lucro líquido do exercício	11.765	5.139
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante:		
Depreciação e amortização	3.053	2.654
Valor residual de ativo permanente baixado	144	829
Juros e variações monetárias de itens de longo prazo	(4.800)	(3.729)
Provisão para contingências	640	496
Créditos tributários	64	(122)
Efeitos regulatórios do Pis e Cofins	-	(1.145)
Total oriundo das operações	<u>10.866</u>	<u>4.122</u>
De terceiros		
Empréstimos e financiamentos captados	29.919	-
Contribuição de consumidores	749	169
Redução do realizável a longo prazo	-	16.003
	<u>30.668</u>	<u>16.172</u>
Total das origens	<u>41.534</u>	<u>20.294</u>
Aplicações de recursos		
No investimento	12	32
No imobilizado	4.830	4.538
No diferido	198	730
No realizável a longo prazo	2.525	-
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	12.476	10.579
Juros sobre o capital próprio/dividendos	11.397	5.366
Ajuste de exercício anterior (vide nota explicativa nº19)	278	-
Total das aplicações	<u>31.716</u>	<u>21.245</u>
Redução do capital circulante líquido	<u>9.818</u>	<u>(951)</u>
Demonstração da variação do capital circulante líquido		
Ativo circulante		
No início do exercício	24.344	21.201
No fim do exercício	40.071	24.344
	<u>15.727</u>	<u>3.143</u>
Passivo circulante		
No início do exercício	31.646	27.552
No fim do exercício	37.555	31.646
	<u>5.909</u>	<u>4.094</u>
Redução do capital circulante líquido	<u>9.818</u>	<u>(951)</u>

5. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004 (Em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital social	Remuneração de imobilizado em curso	Outras reservas de capital	Estatutária	Legal	Lucros a realizar	Retenção de lucros		
Saldos em 01 de janeiro de 2004	21.000	179	4	2.008	1.266	1.453	13.912	-	39.822
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	(484)	-	484	0
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	5.139	5.139
Proposta de destinação do lucro líquido ajustado do exercício:									0
Reserva legal	-	-	-	-	257	-	-	(257)	0
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(5.366)	(5.366)
Saldos em 31 de dezembro de 2004	21.000	179	4	2.008	1.523	969	13.912	-	39.595
Ajuste de exercícios anteriores									
Efeitos na mudança de critérios contábeis (vide nota explicativa nº19)	-	-	-	-	-	-	-	(278)	(278)
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	(484)	-	484	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	11.765	11.765
Proposta de destinação do lucro líquido ajustado do exercício:									
Reserva legal	-	-	-	-	574	-	-	(574)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(7.858)	(7.858)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(3.119)	(3.119)
Imposto de renda retido na fonte incidente sobre os juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(420)	(420)
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2005	21.000	179	4	2.008	2.097	485	13.912	-	39.685

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios
findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004**
(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo - CENF é uma concessionária de serviços públicos de energia elétrica, que atende a 82.972 consumidores (não auditado pelos auditores independentes) no município de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, preponderantemente o “Manual de Contabilidade de Serviço Público de Energia Elétrica”.

3 Sumário das principais práticas contábeis

- a) As aplicações no mercado aberto estão representadas por aplicações em fundos de curto prazo e certificados de depósitos bancários que estão registrados pelo valor atualizado na data do balanço;
- b) Consumidores e concessionárias engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada por estimativa, até o encerramento do balanço, reconhecidas pelo regime de competência;
- c) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos e levando em conta as instruções da ANEEL;
- d) Os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição, que não excede seu valor de mercado;
- e) Os investimentos estão contabilizados ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995;
- f) O imobilizado está demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As adições, a partir dessa data, estão contabilizadas ao custo. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens, conforme descrito à nota nº 13 e são debitadas ao resultado do exercício ou ao custo das imobilizações em curso;
- g) Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em

curso, foram capitalizados e estão registrados neste subgrupo como custo. A CENF optou por não mais capitalizar os juros sobre os investimentos em imobilizado em curso financiados com recursos próprios a partir de 1999;

- h) O diferido está representado basicamente, pelo custo de aquisição de software de manutenção de sistema corporativo. A amortização está sendo realizada pelo prazo de cinco anos;
- i) Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelas taxas contratuais na data de encerramento dos exercícios;
- j) O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371/02.
- k) As contingências passivas estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos prováveis desfechos desfavoráveis;
- l) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência;
- m) Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- n) A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da compra e venda de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Provisão para Contingências.

4 Consumidores e concessionárias

Classes de consumidores	SalDOS VincendOS	Vencidos					Total	
		até 30 dias	de 31 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	Há mais de 360 dias	2005	2004
Residencial	2.947	1.582	357	141	-	-	5.027	3.745
Industrial	1.392	139	45	3	2	38	1.619	1.488
Comércio, serviços e outras atividades.	1.566	518	147	77	54	-	2.362	2.029
Rural	68	64	7	2	1	-	142	119
Poder público:								
Federal	15	4	5	1	4	5	34	30
Estadual	38	10	13	4	10	12	87	77
Municipal	207	53	69	20	52	68	469	416
Iluminação pública	476	-	-	-	-	-	476	1.742
Serviço público	234	-	-	-	-	305	539	508
Revisão tarifária periódica	-	-	-	-	-	-	3.083	-
Subtotal – consumidores	6.943	2.370	643	248	123	428	13.838	10.154
Concessionárias (*)							454	636
Fornecimento não faturado							2.873	2.633
Outras							883	1.067
Total	6.943	2.370	643	248	123	428	18.048	14.490
Parcela de curto prazo							17.410	13.594
Parcela de longo prazo							638	896

(*) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

A Companhia constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa dos saldos vencidos, conforme critérios técnicos estabelecidos pela ANEEL.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 31 de dezembro de 2005, inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE no montante de R\$401 (R\$567 em 2004), relativo ao período de setembro de 2000 a dezembro de 2005, deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2005. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição financeira desses valores, incluindo os saldos registrados no passivo circulante de R\$35 (R\$22 em 2004), referentes aos encargos de serviços do sistema, está demonstrada a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	2005	2004
Saldos a vencer	33	130
Créditos vinculados a liminares de dezembro de 2002	302	378
Parcela em negociação	66	59
	401	567
(-) Encargos de serviços do sistema	(35)	(22)
	366	545

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

5 Revisão tarifária periódica

A ANEEL, através da Resolução nº 119, de 13 de junho de 2005, homologou de forma definitiva o resultado da primeira Revisão Tarifária Periódica da CENF. Com base nesta Resolução as tarifas de energia elétrica foram reposicionadas em 25,24%, com um Fator Xe de 0,7438%, para vigorarem a partir de 18 de junho de 2004.

O reposicionamento tarifário praticado a partir de 18 de junho de 2004, havia sido fixado de forma provisória em 18,00%. Posteriormente, a ANEEL recalculou esse reposicionamento tarifário em 23,13%, retroativo a data base anteriormente mencionada, conforme Nota Técnica da Resolução nº 119. Essa mesma nota técnica definiu as parcelas anuais a serem acrescidas à “Parcela B”, nos anos de 2005 a 2007, à razão de R\$994 , em cada ano, valor esse referenciado à data base da revisão tarifária da controlada CENF (junho de 2004). O montante será atualizado monetariamente pela variação do IGP-M.

A CENF reconheceu receita de R\$5.009, referente ao período de junho de 2004 a dezembro de 2005, contabilizada na rubrica “fornecimento de energia elétrica”, tendo já repassado aos seus consumidores R\$2.149, estando a diferença de R\$2.860, acrescido de R\$223 de atualização monetária, registrado como contas a receber na rubrica de “Consumidores e Concessionárias” no Ativo Circulante.

6 Recomposição tarifária extraordinária (RTE)

Com base nas disposições contidas na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e na Resolução nº 91, da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, de 21 de dezembro de 2001, e na Resolução ANEEL nº 31, de 24 de janeiro de 2002, foi instituída a recomposição tarifária extraordinária que está sendo efetivada por meio da aplicação de reajustes às tarifas de energia elétrica vigentes a partir de 31 de dezembro de 2001, assim reconhecidas pela ANEEL:

- a) 2,9% para os clientes residenciais e rurais (exceto baixa renda).
- b) 7,9% para os demais clientes.

A referida recomposição visa o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e foi implementada para suprir as perdas observadas em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, durante o período compreendido entre 1 de junho de 2001 e 28 de fevereiro de 2002, a saber:

- a) Redução do consumo de energia elétrica do programa de racionamento no período (perda de receita);
- b) Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela A; e
- c) Energia Livre – energia contratada pelos geradores para atender o período do Programa Emergencial. Conforme Resolução ANEEL nº 36 de 29 de janeiro de 2003, alterada pela Resolução ANEEL nº 89 de 25 de fevereiro de 2003. Esses valores estão sendo repassados aos geradores desde março de 2003.

Os itens constantes do Acordo Geral do Setor Elétrico vinham sendo remunerados com base na variação da taxa SELIC – Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia, (BACEN), acrescida de juros de 1% a.a. Em 20 de dezembro de 2005, a ANEEL, através do Ofício Circular 2.212, estabeleceu os seguintes procedimentos para o cálculo da remuneração:

- Perda de Receita – para as concessionárias que obtiveram financiamentos junto ao BNDES - taxa SELIC, acrescida de juros de 1% a.a., aplicada sobre os 90% dos valores homologados pela ANEEL; e taxa SELIC aplicada sobre os 10% não financiado;

- Energia Livre - para as Geradoras que obtiveram financiamentos junto ao BNDES, procedimento idêntico ao aplicado para Perda de Receita e para as Geradoras que não obtiveram financiamento taxa SELIC;

- “ Parcela A”- a remuneração deverá ser apropriada utilizando a taxa SELIC.

Através das Resoluções nº 480, 481, 482 e 483 de agosto de 2002 e da Resolução nº 1 de 12 de janeiro de 2004 da ANEEL, os valores homologados relativos à recomposição tarifária extraordinária, energia livre e parcela A, estão demonstrados a seguir:

	Perda de receita	Energia livre	Parcela A	Total
Resoluções nº	480/02, 481/02 e 1/04	1/04 e 45/04	482/02 e 1/04	
Valor homologado	9.265	1.456	1.859	12.580
Amortizações acumuladas	(6.910)	(729)	-	(7.639)
Remunerações acumuladas	4.944	550	1.412	6.906
Saldos em 31/12/2004	7.299	1.277	3.271	11.847
Amortização no ano	(3.194)	(563)	-	(3.757)
Atualização monetária no ano	1.157	304	623	2.084
Saldos em 31/12/2005	5.262	1.018	3.894	10.174
Parcela de curto prazo	3.946	764	-	4.710
Parcela de longo prazo	1.316	254	3.894	5.464

A Resolução ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004, estabeleceu a vigência do reajuste tarifário extraordinário – RTE nas tarifas de fornecimento de energia elétrica das concessionárias de distribuição de energia elétrica, para recomposição de perdas de receita e energia livre, pelo prazo máximo de 64 meses, a partir de janeiro de 2002.

A administração da Companhia baseada em projeções internas espera realizar todos os créditos dentro dos prazos definidos por essa Resolução.

A Resolução ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004, além de determinar os prazos para recomposição da perda de receita e energia livre, homologou o montante da “Parcela A” e a recuperação dos valores desta que se dará pelo mecanismo equivalente da RTE, sem considerar a limitação dos prazos acima citados.

7 Programa Emergencial - Racionamento

As despesas incorridas para implementação do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, ocorrido em 2001 e 2002 da ordem de R\$313, foram homologados pela ANEEL, e estão sendo ressarcidas a partir do exercício de 2003, quando dos reajustes tarifários anuais.

Em 31 de dezembro de 2005, o saldo a ser ressarcido é de R\$7 (R\$254 em 2004).

8 Subvenções a receber – baixa renda

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80kWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos.

Em decorrência de nova classificação, a CENF procedeu ao levantamento das perdas de receita, tendo sido apurado o montante de R\$6.389 (R\$4.036 em 2004), tendo a Eletrobrás já ressarcido a concessionária R\$5.968 (R\$3.709 em 2004). Esta receita está sendo custeada com recursos financeiros oriundos da RGR – Reserva Global de Reversão, e da CDE – Conta de desenvolvimento Energético.

Como conseqüência, em 31 de dezembro de 2005, o saldo a receber líquido referente à subvenção de consumidores baixa renda totaliza R\$421 (R\$327 em 2004), estando registrados no balanço patrimonial na rubrica “Outros créditos”, no Ativo Circulante.

9 Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida com atualização com base na variação do IGPM mais juros de mercado 1% a.m. Em 31 de dezembro de 2005, estes créditos montam em R\$846 (R\$530 em 2004), sendo R\$826, (R\$524 em 2004) classificados no ativo circulante e R\$20 (R\$6 em 2004) no realizável a longo prazo.

Do montante dos Títulos de Créditos a Receber, a Companhia possui provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída da ordem de R\$31.

10 Impostos a recuperar

	2005	2004
.Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	1.356	2.421
.Imposto de Renda a compensar	1.117	670
.Contribuição Social Sobre o Lucro – CSSL	653	250
.Programa de Integração Social – PIS	133	86
.Contribuição para a Seguridade Social – COFINS	2.337	1.926
	<u>5.596</u>	<u>5.353</u>
Parcela de curto prazo	4.829	4.889
Parcela de longo prazo	767	464

11 Despesas pagas antecipadamente

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Efeitos regulatórios da parcela de PIS e COFINS (1)		
.PIS (dezembro de 2002 a dezembro de 2005)	500	326
.COFINS (fevereiro de 2004 a dezembro de 2005)	1.416	922
Conta de compensação dos custos da parcela A - CVA	-	933
Proinfa (2)	28	-
Outros	(52)	432
	<u>1.892</u>	<u>2.613</u>
Parcela de curto prazo	-	1.049
Parcela de longo prazo	1.892	1.564

(1) PIS/COFINS

Em conformidade com o Contrato de Concessão e o disposto no parágrafo 3º, do artigo 9º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que assegura o direito à recomposição tarifária pelo aumento da carga tributária, a Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo – CENF procedeu ao reconhecimento dos valores apurados em consequência da mudança do critério de tributação para não cumulatividade, conforme Lei 10.637/02 do PIS, de 30/12/2002, e Lei 10.833/03 do COFINS, de 29/12/2003.

Através do Memorando nº 381/2005-SFF/ANEEL, de 16 de junho de 2005, a ANEEL homologou, em caráter provisório, parte das diferenças sem cobertura tarifária do período de dezembro de 2002 a março de 2005, para o PIS, no montante de R\$ 191 e do período de fevereiro de 2004 a março de 2005, para a COFINS, no montante de R\$ 851, que serão recuperadas entre junho de 2005 e maio de 2006. Os valores remanescentes serão recuperados nos próximos eventos tarifários.

A ANEEL, a partir de 01 de julho de 2005, excluiu os tributos de PIS/COFINS do cálculo da tarifa de energia elétrica. A CENF passou a partir da data mencionada, a adicionar às tarifas de energia elétrica, as despesas efetivas incorridas com esses tributos.

(2) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

A Lei 10.438/2002, art. 3º, instituiu o PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos de Produtores Independentes Autônomos, concebidos com base em fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, no Sistema Elétrico Interligado Nacional - SIN.

Os custos concernentes à aquisição da energia gerada pelo PROINFA incorridos pela ELETROBRÁS, inclusive os custos administrativos, financeiros e os decorrentes de encargos tributários, serão rateados por todas as classes de consumidores finais atendidos pelo SIN, exclusive os integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda cujo consumo seja igual ou inferior a 80 KWh/mês.

Cabe aos agentes do SIN que comercializem energia com o consumidor final e/ou recolhem Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST ou Distribuição – TUSD, relativas a consumidores livres, recolher à ELETROBRÁS, para crédito do PROINFA, o valor da quota anual, em duodécimos, fixada pela ANEEL.

Os procedimentos para o rateio dos custos do Programa, bem como para a alocação da respectiva energia aos agentes quotistas, constam no Decreto n° 5.025, de 30 de março de 2004.

12 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa dos exercícios de 2005 e 2004, calculada pela aplicação das alíquotas fiscais vigentes de imposto de renda e contribuição social, é demonstrada como segue:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.452	8.571
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculados à alíquota fiscal	(4.574)	(2.914)
Ajustes:		
Itens permanentes	405	66
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(4.169)</u>	<u>(2.848)</u>
<u>Crédito tributário reconhecido no balanço</u>		
Diferenças temporárias		
Imposto de renda	1.190	1.237
Contribuição social	428	445
Total	<u>1.618</u>	<u>1.682</u>

Em atendimento às disposições contidas na instrução CVM n° 371/02, a Administração, baseada nas projeções de resultado estima a realização total dos créditos fiscais nos próximos dois anos (exercício 2007).

13 Transações com partes relacionadas

Apresentamos os saldos das operações efetuadas no exercício:

	<u>2005</u>			<u>2004</u>	
	<u>CFLCL</u>	<u>Saelpa</u>	<u>UTEJF (*)</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Saldos:					
Adiantamentos e empréstimos					
. A receber (a pagar)	13.591	9.991	(303)	23.279	12.204
Transações:					
. Energia comprada	-	-	(677)	(677)	-
. Serviços contratados	(7.686)	-	-	(7.686)	(7.221)
. Custo e uso de conexão	(490)	-	-	(490)	(401)
. Aluguel	(48)	-	-	(48)	(48)
. Receita (despesa) financeira	2.237	1.269	(39)	3.467	3.110

(*) O valor a pagar à UTEJF, R\$57 está contabilizado na rubrica "Fornecedores" no passivo circulante e R\$246 no exigível a longo prazo.

As transações de adiantamento e empréstimos são originárias de transações comerciais e financeiras normais no curso da operações e são remunerados pela taxa

média de captação junto a terceiros. No exercício, a taxa de captação foi em média de CDI + 4,0% a.a.

Os preços praticados dos serviços contratados, referentes às áreas administrativas e apoio, levam em conta a recuperação dos custos efetivamente incorridos, acrescidos de um resultado líquido de impostos da ordem de 10%.

Essas operações foram realizadas em condições usualmente praticadas no mercado e estão amparadas por contratos de longo prazo submetidos à aprovação da ANEEL.

14 Imobilizado

Composição dos saldos e taxas anuais médias de depreciação:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Em serviço		
Produção		
Geração hidráulica	4.856	4.880
Sistema de transmissão de conexão	789	765
Distribuição		
Linhas, redes e subestações	57.825	54.281
Administração	1.428	1.173
Comercialização	160	160
	<u>65.058</u>	<u>61.259</u>
Depreciação acumulada		
Produção		
Geração hidráulica	(1.760)	(1.597)
Sistema de transmissão de conexão	(80)	(59)
Distribuição		
Linhas, redes e subestações	(22.902)	(20.550)
Administração	(633)	(493)
Comercialização	(47)	(31)
	<u>(25.422)</u>	<u>(22.730)</u>
Em curso		
Produção		
Geração hidráulica	4	10
Sistema de transmissão de conexão	-	11
Distribuição		
Linhas, redes e subestações	3.334	2.573
Administração	16	67
	<u>3.354</u>	<u>2.661</u>
Subtotal	<u>42.990</u>	<u>41.190</u>
Contribuições de consumidores	(6.431)	(6.220)
Subvenção da União – recursos CDE	(43)	-
Participação do Governo do Estado do Rio de Janeiro	(495)	-
Obrigações vinculadas à concessão	(6.969)	(6.220)
Total	<u>36.021</u>	<u>34.970</u>

Os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada até a definitiva aplicação na concessão.

As obrigações vinculadas à concessão (contribuições do consumidor), representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão da CENF.

As taxas médias anuais de depreciação por macro-atividade, são as seguintes:

	Percentuais	
	2005	2004
Geração:		
Hidráulica	2,3	2,2
Distribuição	4,6	4,9
Comercialização	5,1	5,2
Administração e outros	5,8	5,8

Durante o exercício de 2005 a Companhia efetuou transferência de encargos financeiros para o Imobilizado em curso, conforme abaixo:

	Distribuição	
	2005	2004
Encargos financeiros contabilizados no resultado	5.170	3.926
(-) transferência para o imobilizado em curso	(69)	(261)
Efeito líquido no resultado	5.101	3.665

Programa Nacional de Universalização e Luz Para Todos

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução nº 223, de 29 de abril de 2003, alterada pela Resolução nº 52, de 25 de março de 2004, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando ao atendimento de novas ligações para o fornecimento de energia elétrica a unidades consumidoras ainda não atendidas. Tal atendimento foi regulamentado pelos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. A Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, alterou, então, a prioridade de atendimento aos municípios, estabelecendo prioridade para atendimento aos municípios com menores índices de desenvolvimento humano (IDH) e de eletrificação, tendo limitado a responsabilidade das concessionárias, nesses atendimentos, a apenas novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 kV), com carga instalada de até 50 kW.

Em 2005, a Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo envidou esforços visando atender a toda a população urbana e rural na sua área de concessão, já tendo atingido o índice de atendimento urbano de 100%. Já nas zonas rurais foram eletrificadas, em 2005, propriedades no âmbito do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, elevando-se o índice de eletrificação rural para 98,2%. A expectativa é de que, através do Programa Luz para Todos, referente ao programa de universalização específico para as áreas rurais, 100% das propriedades rurais estejam eletrificadas ao final de 2005.

Com o Decreto Presidencial nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, o Governo Federal

instituiu, sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia – MME a ser operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras e das empresas que compõem o sistema Eletrobras, o Programa “LUZ PARA TODOS” - PLT, destinado a propiciar, até 2008, o atendimento com energia elétrica à toda a parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço. De acordo com art. 2º do citado Decreto, os recursos necessários para o custeio do Programa serão oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, instituída como subvenção econômica pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, da Reserva Global de Reversão RGR, instituída pela Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, de agentes do setor elétrico, da participação dos Estados, Municípios e outros destinados ao Programa. A Portaria Ministerial nº 38, emitida em 9 de março de 2004, publicou o Manual de Operacionalização do PLT, tendo sido revogada pela Portaria nº 447, de 31 de dezembro de 2004, que aprovou a revisão do citado Manual de Operacionalização, o qual estabelece os critérios técnicos, financeiros, procedimentos e prioridades que serão aplicados no referido Programa.

Foi necessário, então, compatibilizar os Planos, de forma a atender a todas as unidades existentes no meio urbano e rural, tendo em vista existirem, nos citados documentos legais, diferenças de critérios para priorização das unidades a serem atendidas, cuja normatização se deu com a publicação da Resolução Normativa nº 175, de 28 de novembro de 2005.

A CENF assinou Termo de Compromisso com o Ministério de Minas e Energia - MME e com Governo Estadual, com a interveniência da ANEEL e da Eletrobras, para o estabelecimento das premissas relativas à implantação do Programa “LUZ PARA TODOS”, no que tange à origem dos Recursos Financeiros e Metas, cujos percentuais de participação, anos de conclusão dos planos, valores a serem investidos e quantidade de consumidores a serem atendidos encontram-se abaixo:

Agentes	% de Participação
Governo Estadual	33
Governo Federal-CDE	10
Distribuidora – RGR	42
Distribuidora – próprios	15
Ano de Conclusão	2006
R\$ milhões a investir	1,5
Consumidores a atender	404

A Companhia efetuou aplicação no Programa “LUZ PARA TODOS” de R\$2.294, tendo já recebido recursos de R\$226. A Eletrobrás deverá repassar para a Companhia R\$1.724 referente à participação da União no Programa, cujo montante ainda não foi liquidado.

15 Diferido

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Custo de Aquisição de Softwares	973	775
Amortização acumulada	<u>(188)</u>	<u>(21)</u>
Total	<u>785</u>	<u>754</u>

16 Fornecedores

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
CIRCULANTE		
Suprimento:		
Ampla	2.225	1.908
Contratos bilaterais	57	3.005
Energia Livre	1.042	642
Uso do sistema de distribuição (CUSD)	2.321	1.115
Materiais e serviços	1.078	597
Outros	35	22
	<u>6.758</u>	<u>7.289</u>
LONGO PRAZO		
Suprimento:		
Contratos bilaterais	246	1.189
Energia livre	347	857
	<u>593</u>	<u>2.046</u>
TOTAL	<u>7.351</u>	<u>9.335</u>

17 Empréstimos e financiamentos

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
<u>Em moeda nacional:</u>		
.Com juros de até 8% a.a. e atualização monetária com base na variação da taxa Finel, RGR (Eletrobrás);	705	409
.Com juros de até 5% a.a. acima da taxa de variação do CDI (Bancos: Itaú BBA, Santander, Credit Suisse);	19.033	-
.Com juros de até 4,5 a 5,5% a.a. e atualização monetária com base na variação da TJLP (Unibanco, BNL, Finame-HSBC e Bic Banco);	-	58
.Com atualização de 109% da taxa CDI (FIDC)	10.153	-
.Com juros de 1% a.a. e atualização monetária com base na variação da Taxa Selic (BNDES).	5.645	6.956
.Com juros 5,1% a 11,35% a.a. acima da taxa de variação do CDI (Bancos: Guanabara, Nordeste, Cédula, Mercantil, Bradesco, BVA);	<u>9.040</u>	<u>6.373</u>
Total	<u>44.576</u>	<u>13.796</u>
.Parcela de curto prazo	15.547	8.603
.Parcela de longo prazo	29.029	5.193

Os financiamentos de Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

Os demais financiamentos, estão garantidos por vinculação de parcelas da própria receita da CENF.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

<u>Moeda/indicadores</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
SELIC	19,04%	16,25%
CDI	18,99%	16,17%
IGPM	1,2%	12,42%

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	<u>2005</u>
2007	19.520
2008	9.352
2009	18
2010	18
2011	18
Após 2011	103
	<u>29.029</u>

18 Parcelamento de impostos

Em 31 de julho de 2003, a CENF aderiu ao Parcelamento Especial – PAES, instituído pela Lei 10.684 de 30 de maio de 2003, que possibilitou o parcelamento de débitos vencidos até 28 de fevereiro de 2003, junto a Secretaria da Receita Federal, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS em até 180 parcelas. Em 31 de dezembro, esses débitos totalizam R\$6.815 (R\$7.301 em 2004) e a liquidação está assim programada:

<u>Ano</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
2005	-	1.126
2006	961	875
2007	961	875
2008	961	875
2009	912	875
Após 2009	3.020	2.675
Total	6.815	7.301
Parcela de curto prazo	961	1.126
Parcela de longo prazo	5.854	6.175

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 82.215.000 ações ordinárias e 14.483.948 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais terão todos os direitos reservados às ações ordinárias, menos o de voto nas Assembléias, direito esse que adquirirão nos casos previstos na legislação vigente.

19.2 Ajuste de exercícios anteriores

A ANEEL através da Resolução 176, de 28 de novembro de 2005, estabeleceu novos critérios e procedimentos para contabilização dos custos com Pesquisa & Desenvolvimento (Programa de Eficiência Energética – PEE, Pesquisa & Desenvolvimento – P&D e Empresa de Pesquisa Energética – EPE), anteriormente registrado pelo regime de caixa devam passar a ser reconhecidos pelo de competência. O IBRACON através do Comunicado Técnico de 03/06, concluiu que os custos de exercícios anteriores seriam levados a débito da conta de lucros acumulados. A Companhia contabilizou em 31 de dezembro de 2005 o montante de R\$278, líquido de impostos.

19.3 Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Administração está propondo o pagamento de dividendos, no montante de R\$11.397 (R\$5.366 em 2004), à razão de R\$0,081268884 (R\$0,055491 em 2004) por ação, referente ao saldo remanescente dos lucros acumulados após a constituição da reserva legal.

Em 2005, a Administração pagou antecipadamente juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$3.539, à razão de R\$0,036595 por ação e dividendos no montante de R\$1.392, à razão de R\$0,0144 por ação. Os juros foram imputados aos dividendos do exercício.

Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados em despesa financeira, conforme previsto na legislação fiscal, em contrapartida do passivo circulante. Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, o valor desses juros foi revertido e demonstrado como uma redução à conta de Lucros Acumulados, no Patrimônio Líquido.

19.4 Reserva estatutária

O estatuto social também prevê a constituição de uma reserva estatutária com 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 80% do capital social, destinada à ampliação e renovação de instalações e investimentos.

19.5 Reserva de lucros a realizar

Constituída até 31 de dezembro de 1995, com base no saldo da correção monetária de balanço, sendo revertida para lucros acumulados, integrando a base de cálculo dos dividendos, quando esses lucros são realizados mediante alienação, baixa ou depreciação dos ativos a que se vinculam.

19.6 Retenção de lucros

Constituída até 31 de dezembro de 2003 para fins de aplicação nos investimentos, apresentados em orçamento de capital aprovados em Assembléia Geral.

20 Fornecimento de energia elétrica

	Não auditado					
	Nº de consumidores		MWh		R\$	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Residencial	73.620	71.646	125.303	123.262	53.927	44.957
Industrial	772	386	53.837	58.404	16.448	15.090
Comercial	7.461	8.145	57.383	56.864	23.746	19.924
Rural	709	688	6.576	6.769	1.421	1.236
Poder público:						
. Federal	51	50	966	918	416	324
. Estadual	72	71	1.412	1.343	607	461
. Municipal	197	194	3.834	3.656	1.654	1.258
Iluminação pública	1	1	20.177	19.758	5.008	4.155
Serviço público	68	75	9.109	9.109	2.571	2.160
Consumo próprio	20	19	339	287	-	-
Subtotal	82.971	81.275	278.936	280.370	105.798	89.565
Suprimento de energia elétrica	1	1	3.563	41.593	220	1.041
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	(540)	302	239	507
Diferença Reajuste Tarifário	-	-	-	-	5.009	-
Outras receitas	-	-	-	-	3.654	2.280
Total	82.972	81.276	281.959	322.265	114.920	93.393

21 Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

Natureza do gasto	Custo dos Serviços			Despesas operacionais		Total	
	Com Energia	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	2005	2004
Energia elétrica comprada para revenda	18.175	-	-	-	-	18.175	24.672
Encargo de uso-sist. de trans. e distrib.	17.001	-	-	-	-	17.001	9.636
Pessoal e administradores	-	1.308	9	1.110	2.024	4.451	3.806
Entidade de previdência privada	-	-	-	-	11	11	15
Material	-	664	(26)	111	(78)	671	568
Serviços de terceiros	-	3.176	129	911	4.567	8.783	7.699
Depreciação e amortização	-	2.731	-	15	307	3.053	2.654
Provisão p/créd. liquidação duvidosa	-	-	-	287	-	287	(94)
Provisões para contingências	-	-	-	-	640	640	496
Conta de desenv.energético – CDE	-	2.540	-	-	-	2.540	1.840
Conta de consumo de combustível	-	2.551	-	-	-	2.551	2.400
Outras	-	1.469	12	78	603	2.162	1.279
Total	35.176	14.439	124	2.512	8.074	60.325	54.971

22 Remuneração dos administradores

No exercício a remuneração dos administradores monta em R\$860 (R\$806 em 2004).

23 Provisões para contingências

Contingência	2005			2004		
	Valor da Provisão		Depósitos	Valor da Provisão		Depósitos
	No exercício	Acumulada	Judiciais	No exercício	Acumulada	Judiciais
Longo prazo:						
Trabalhista	(528)	344	474	504	872	337
Cíveis	1.367	1.859	131	-	492	102
Fiscais	(2.044)	386	-	160	2.430	1.122
	(1.205)	2.589	605	664	3.794	1.561

No exercício de 2005 do montante de R\$1.205, R\$1.845 foi transferido para a rubrica “tributos e contribuições sociais” no passivo circulante e R\$640 (R\$496 em 2004) foi contabilizado em provisão para contingências e R\$168 em 2004 em outras despesas financeiras.

. Contingências trabalhistas

Durante o exercício de 2005, foi efetuada análise específica dos processos trabalhistas em andamento por assessoria jurídica independente e, em consequência disso, constatou-se a necessidade de provisão adicional para cobrir prováveis perdas. A maioria dessas ações tem por objeto pedidos de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

. Cíveis

Nos processos cíveis discute-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Companhia resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor do diferencial pago à época.

. Fiscais

Refere-se basicamente a provisão de COFINS, sendo certo que, além desse tributo, as contingências fiscais da CENF envolvem discussões relacionadas, basicamente, a PIS/PASEP, ISS, ICMS e CSLL. Referidos processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estar em trâmite os processos administrativos, seja porque se encontram devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento.

A administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto a possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registrada nas demonstrações financeiras são suficientes para cobrir possíveis perdas com tais causas.

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$11.192 (R\$11.229 em 2004), cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível.

O convênio Confaz 79/04, publicado no DOU de 30 de setembro de 2004, autoriza o Estado do Rio de Janeiro entre outros, a dispensar de multas e juros relativos ao ICMS sobre a subvenção econômica concedida aos consumidores enquadrados na subclasse residencial baixa renda do período de 1 de maio 2002 até 31 de agosto de 2004. Baseado na opinião de seus consultores jurídicos, que classificam a causa como êxito possível, a Administração não constituiu provisão sobre essa contingência. A que se ressaltar, a CENF passou a incidir o ICMS sobre a subvenção econômica dos consumidores baixa renda a partir do faturamento de novembro de 2004. A Administração vem mantendo contatos com o Governo Estadual visando a desobrigação do recolhimento do ICMS do período retroativo. O valor do ICMS do período de maio de 2002 a novembro de 2004 monta em R\$491.

24 Cobertura de seguros

A política de Seguros da CENF baseia-se na contratação de seguros com coberturas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

RAMOS	2005		
	DATA DE VENCIMENTO	COBERTURA SECURITÁRIA	PRÊMIO ANUAL
Riscos nomeados:			
Incêndio, Raio, Explosão, Danos Elétricos, Vendaval, Furacão, Fumaça, Tumulto e Riscos Diversos	23/10/2006	16.180	35
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2006	15.040	35
Automóveis - Danos Materiais e Corporais	23/10/2006	até R\$200 mil /veículo	10
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	1/12/2006	4.310	21
			101

25 Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, encontram-se registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado. A CENF não opera com derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

26 Plano de aposentadoria

A CENF implementou em dezembro de 2000 o Fundo de Complementação de Aposentadoria Cat-Leo, na modalidade de contribuição definida, para o qual tanto a CENF quanto os empregados são contribuintes. A contribuição no exercício montou em R\$11 (R\$14 em 2004).

27 Resultado não operacional

	2005	2004
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	592	408
Prejuízo na desativação/alienação de bens e direitos	(300)	(122)
Outras receitas não operacionais	190	179
Total	482	465

28 Contrato de concessão de distribuição

A CENF assinou, em 18 de junho de 1999, com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o contrato de geração e distribuição de energia elétrica, com prazo de concessão até 7 de julho de 2015.

29 Resultado por atividade

A ANEEL através do Ofício Circular nº 2306/2004 – SFF/ANEEL, de 24/12/2004, dispensou a publicação de forma segregada das atividades de distribuição e comercialização, em face da ausência de definição da tarifa de transferência de receita da atividade de comercialização para a atividade de distribuição.

Em atendimento ao Ofício Circular nº 838/2000 da ANEEL, apresenta-se a demonstração do resultado por atividade, segregando as atividades de distribuição da geração:

	2005			2004		
	Não auditado			Não auditado		
	Geração	Distribuição	Total	Geração	Distribuição	Total
Receita operacional						
Fornecimento de energia elétrica	4.644	106.402	111.046	4.735	85.337	90.072
Suprimento de energia elétrica	-	220	220	-	1.041	1.041
Disponibilização do Sist. de Transm. e de dist.	-	1.489	1.489	-	713	713
Outras receitas operacionais	-	2.165	2.165	-	1.567	1.567
	4.644	110.276	114.920	4.735	88.658	93.393
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	27.582	27.582	-	22.687	22.687
PIS	77	1.779	1.856	78	1.191	1.269
COFINS	353	8.194	8.547	340	5.603	5.943
Quotas para RGR	78	637	715	83	665	748
	508	38.192	38.700	501	30.146	30.647
Receita operacional líquida	4.136	72.084	76.220	4.234	58.512	62.746

Custo do serviço de energia elétrica

Custo com energia elétrica	-	35.176	35.176	-	34.308	34.308
Energia elétrica comprada para revenda	-	18.175	18.175	-	24.672	24.672
Encargos de uso do sist. De trans. E Distr.	-	17.001	17.001	-	9.636	9.636
Custo da operação	420	14.019	14.439	285	10.460	10.745
Pessoal e administradores	224	1.084	1.308	73	718	791
Entidade de previdência privada	-	-	-	-	15	15
Material	5	659	664	13	447	460
Serviços de terceiros	1	3.175	3.176	48	1.217	1.265
Conta de consumo de combustível - CCC	-	2.551	2.551	-	2.400	2.400
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	2.540	2.540	-	1.840	1.840
Depreciação e amortização	157	2.574	2.731	125	2.482	2.607
Provisão para contingências	-	-	-	-	504	504
Outras	33	1.436	1.469	26	837	863
Custo dos serviços prestados a terceiros	-	124	124	5	189	194
	420	49.319	49.739	290	44.957	45.247
Lucro operacional bruto	3.716	22.765	26.481	3.944	13.555	17.499
Despesas operacionais						
Despesas com vendas	338	2.407	2.512	-	1.146	1.146
Despesas gerais e administrativas	105	7.736	8.074	482	8.096	8.578
	443	10.143	10.586	482	9.242	9.724
Resultado do serviço	3.273	12.622	15.895	3.462	4.313	7.775
Receita de aplicações financeiras	-	806	806	-	565	565
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	-	2.035	2.035	-	1.302	1.302
Encargos de dívidas	-	(5.170)	(5.170)	-	(3.926)	(3.926)
(-)Transferência para obras em curso	-	69	69	-	261	261
Juros sobre o capital próprio	(754)	(2.785)	(3.539)	-	-	-
Outras receitas (despesas)	(240)	3.114	2.874	(478)	2.607	2.129
	(994)	(1.931)	(2.925)	(478)	809	331
Resultado operacional	2.279	10.691	12.970	2.984	5.122	8.106
Resultado não operacional						
Receita não operacional	-	782	782	-	587	587
Despesa não operacional	-	300	300	-	122	122
	-	482	482	-	465	465
Lucro antes da contribuição social, Imposto de renda, das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	2.279	11.173	13.452	2.984	5.587	8.571
Contribuição social	(192)	(939)	(1.131)	(269)	(497)	(766)
Imposto de renda	(515)	(2.523)	(3.038)	(746)	(1.336)	(2.082)
Lucro antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	1.572	7.711	9.283	1.969	3.754	5.723
Participações	(179)	(878)	(1.057)	(21)	(563)	(584)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	599	2.940	3.539	-	-	-
Lucro líquido do exercício	1.992	9.773	11.765	1.948	3.191	5.139

Parecer dos Auditores Independentes

Aos

Acionistas e Administradores da
Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo – CENF
Nova Friburgo – Rio de Janeiro

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo - CENF, levantados em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo – CENF em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Em 31 de dezembro de 2005, a Companhia apresenta um endividamento de curto e longo prazo, no montante de R\$44.576 mil (R\$13.796 mil em 2004), que tem contribuído para impactar negativamente o resultado das operações da Companhia nos últimos exercícios. Conforme detalhado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, prosseguindo com o programa de reestruturação de dívidas, a Companhia, juntamente com as demais empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina, realizaram neste ano captações de recursos exigíveis a longo prazo através da distribuição pública de 700 cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Sistema Cataguazes-Leopoldina FIDC), no valor total de R\$210.000 mil e firmaram contrato de financiamento no montante de R\$130.000 mil, mediante Cédula de Crédito Bancário – CCB. Na avaliação da Administração, essas transações associadas à existência de projeções internas de resultados positivos serão suficientes para reduzir progressivamente o referido endividamento e respectivos encargos financeiros.

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras, em decorrência da revisão tarifária periódica prevista nos contratos de concessão das empresas distribuidoras de energia elétrica, a ANEEL fixou o reposicionamento tarifário, em caráter provisório Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo - CENF, resultando em um aumento de 18,00% aplicável sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica a partir de 18 de junho de 2004. Posteriormente, em 13 de junho de 2005, a ANEEL alterou, em caráter definitivo, esse percentual para 25,24%. Essa alteração resultou no incremento da receita no montante de R\$5.009 mil, refletido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2005

Rio de Janeiro, 22 de março de 2006

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/S-RJ

Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517-3/S-RJ